

# Morte de mulheres dentro de casa cresce 17% em cinco anos

*Dado é indicativo de que feminicídio aumentou no mesmo período em que políticas para as mulheres tiveram forte redução orçamentária*

**(Folha de S.Paulo, 05/06/2019 - acesse no site de origem)**

Cada vez mais, a mulher corre mais risco de morte dentro de casa do que nas ruas. Isso porque a morte violenta intencional de mulheres no ambiente doméstico cresceu 17% nos últimos cinco anos, enquanto o assassinato de mulheres nas ruas diminuiu 3% no mesmo período.

A trágica ironia está expressa nos dados apresentados pelo Atlas da Violência 2019 e aponta para uma provável escalada do crime de feminicídio entre 2012 e 2017.

A publicação do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgada nesta quarta (5) foi produzida em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“De cinco anos para cá, o homicídio de mulheres cresceu um pouquinho, 1,7%. Mas, quando desagregamos os dados por local da morte, encontramos resultados com direções completamente contrárias”, explica o pesquisador do Ipea Daniel Cerqueira, coordenador do Atlas.

A Lei do Feminicídio (13.104) é de 2015 e, segundo o pesquisador, muito se tem falado sobre o aumento dos registros policiais de feminicídio. “Questiona-se se esse aumento, que se vê nas manchetes e no debate, reflete um aumento efetivo no número de casos ou, por outro lado, uma diminuição da subnotificação pelo aprendizado das autoridades judiciárias sobre este tipo de crime”, diz.

Se, por um lado, os dados do Ministério da Saúde nos quais o Atlas se baseia não permitem elucidar a tipificação legal ou a motivação do agressor, por outro, o recorte do local do crime sugere tratar-se de uma morte violenta perpetrada por um conhecido da mulher vítima.

“A literatura internacional traz evidências de que 90% das mortes dentro de casa são cometidas por alguém conhecido. E, portanto, o dado é o que chamamos de proxy [um dado utilizado para substituir outro de difícil mensuração] para o crime de feminicídio”, explica, apontando que muito provavelmente esses são casos de violência doméstica.

“Ainda que não haja uma correspondência exata entre feminicídio e morte em casa, este local da morte é um indicativo de feminicídio se considerarmos a premissa básica de que a casa é o lugar mais perigoso para as mulheres, que morrem mais nas mãos dos parceiros afetivos do que de quaisquer outras pessoas”, explica a socióloga Wânia Pasinato, especialista em violência de gênero contra as mulheres.

Segundo ela, o aumento discrepante das mortes de mulheres no espaço da casa e por arma de fogo em relação ao dado global de mulheres é a primeira evidência empírica das consequências do desmonte das políticas públicas para mulheres ocorrido a partir de 2015.

“Estávamos esperando que algo assim acontecesse quando assistimos à redução dos orçamentos para políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e ao desmantelamento dos equipamentos públicos de atendimento a mulheres em situação de evidência doméstica”, aponta a pesquisadora.

Entre 2014 e 2016, a dotação orçamentária da Política para as Mulheres teve redução de 40%, segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Em 2017, essa verba sofreu nova redução da ordem de 52%.

“Hoje, a situação é tão grave que não conseguimos saber quanto equipamentos estão funcionando no país”, relata Pasinato. “É o aumento dessas mortes é um provável indicativo da retirada do investimento do governo federal e da falta de compromisso das administrações estaduais e municipais em manter esses equipamentos. As mulheres estão vivendo um grande desamparo.”

### **LGBTI+**

Outro grupo que teve aumento nas notificações de agressões foi o da população LGBTI+, que, segundo o Atlas, sofre um processo de invisibilidade da violência sofrida, uma vez que o registro policial ou de óbito não descreve orientação sexual ou de gênero da vítima.

Por conta dessas limitações, o Atlas baseou seu estudo nas denúncias registradas no Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e nos registros administrativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

Os dados apontam que, entre 2016 e 2017, houve um aumento de 127% nos homicídios contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros.

“Ainda que os dados sejam frágeis, eles são um sinal dos tempos”, aposta Daniel Cerqueira, do Ipea. “Tanto a morte de mulheres em casa como a de pessoas LGBTI+ apontam para o crescimento de alguns tipos de crimes de ódio, que não são ligados a questões econômicas, mas a valores. Ainda não temos condições de avaliar por que isso está acontecendo nos últimos anos.”

*Fernanda Mena e Júlia Barbon*

---

## **75% das vítimas de homicídio no País são negras, aponta Atlas da Violência**

*Proporção é a mais alta da década, segundo estudo do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança divulgado nesta quarta. Assassinato é causa de metade das mortes de jovens*

**(O Estado de S. Paulo, 05/06/2019 - acesse no site de origem)**

O Atlas da Violência, estudo do [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(Ipea\)](#) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra em sua mais nova edição que 75,5% das vítimas de homicídio no País são negras, maior proporção da última década. O crescimento nos registros de assassinatos no Brasil, que alcançou [patamar recorde em 2017](#), atinge principalmente essa parcela da população, para quem a taxa de mortes chega a 43,1 por 100 mil habitantes – para não negros, a taxa é de 16.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 5, e tem como base registros do Ministério da Saúde nas cidades brasileiras ao longo de 2017, ano em que aconteceram 65,6 mil homicídios, o equivalente a 179 casos por dia. Com o Atlas, agora é possível entender os números de forma mais aprofundada, com informações das vítimas como cor, idade e escolaridade.

Apesar de as vítimas negras corriqueiramente serem maioria nos registros, o dado de 2017 mostra que essa prevalência tem crescido. Em 2007, por exemplo, os negros eram 63,3% dos assassinados, proporção que aumentou continuamente até atingir os 75,5% em 2017 – foram 49,5 mil homicídios contra negros naquele ano e 16 mil de não negros.

O estudo usa a definição do IBGE para definir pessoas negras como as que se classificam como pretas ou pardas. Os não negros são os brancos, amarelos ou indígenas. “Proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente 2,7 negros foram mortos”, apontam os pesquisadores.

O documento mostra que no período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros assassinados cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. “Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%”, descreve o estudo.

A discrepância faz com que em alguns Estados a diferença entre as vítimas seja ainda mais acentuada. O Atlas destaca o caso de Alagoas, onde a taxa de mortes de negros é de 67,9 por 100 mil habitantes, a quinta mais elevada do País. O mesmo Estado tem uma taxa de morte de não negros de 3,7, a mais baixa de todas.

É como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos

### *Atlas da Violência*

“De fato, é estarrecedor notar que a terra de [Zumbi dos Palmares](#) é um dos locais mais perigosos do país para indivíduos negros, ao mesmo tempo que ostenta o título do estado mais seguro para indivíduos não negros (em termos das chances de letalidade violenta intencional). Em termos de vulnerabilidade à violência, é como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos”, dizem os pesquisadores.

Os cinco estados com maiores taxas de homicídios de negros estão localizados na região Nordeste. Em 2017, o Rio Grande do Norte apresentou a taxa mais alta, com 87 mortos a cada 100 mil habitantes negros, mais do que o dobro da taxa nacional, seguido por Ceará (75,6), Pernambuco (73,2), Sergipe (68,8) e Alagoas (67,9).

Já os Estados que possuem menores taxas de homicídio de negros foram São Paulo, com 12,6

negros a cada 100 mil habitantes deste segmento; Paraná, com 19; e Piauí, com 21,5.

Douglas Belchior, membro da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (Uneafro) e ativista, classifica os números como a expressão do “genocídio do negro brasileiro”. “É muito triste que ano após ano os números mostrem a óbvia permanência da violência e que isso não comova a sociedade, que isso não pare tudo e force uma discussão sobre o problema”. diz.

Belchior entende o número como consequência da negação de direitos sociais à população negra. “Não vemos políticas no sentido de dar acesso à educação, trabalho e renda para a população negra”, diz. “Por outro lado, há também uma política de segurança onde a polícia mata negros, levando ainda a um efeito indireto, o de que se o Estado pode ser violento contra a população negra, a população civil também pode”, acrescenta.

O historiador Eduardo Ribeiro é coordenador da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, movimento que “identifica na retórica da guerra às drogas a principal justificativa política contemporânea para a manutenção de práticas sofisticadas de perpetuação de opressão racial sob a população negra”, segundo descreve o site oficial.

“Se os brancos fossem a maioria dos afetados pela guerra às drogas, veríamos outra política em execução”, pontua Ribeiro. Ele explica que desde a sua constituição, essa forma de atuação contra as drogas, em que a punição e a prisão são privilegiadas, historicamente se mostrou como uma maneira de criminalizar a população negra. “A orientação punitivista na segurança pública e a orientação racista no Judiciário são dois componentes que impulsionam mortes.”

O Atlas destaca que a [guerra desencadeada](#) pelo [Primeiro Comando da Capital \(PCC\)](#) e pelo [Comando Vermelho \(CV\)](#) a partir de 2016, mas com grandes consequências em 2017, teve um papel relevante no aumento dos homicídios. As maiores facções brasileiras e seus respectivos aliados regionais passaram a se confrontar pelo domínio de novos mercados de drogas em um embate cuja expressão mais visível foram os massacres em cadeias em janeiro de 2017, que deixaram 138 presos mortos, mas que [também se espalhou pelas ruas das grandes cidades](#).

## **Metade das mortes de jovens de 15 a 19 anos é causada por assassinatos**

O Atlas da Violência mostra que, entre todas as causas de mortes de jovens – como doenças e acidentes de trânsito, por exemplo -, a que aparece com mais frequência é o assassinato. Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos, aponta a pesquisa.

“Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos”, descrevem os pesquisadores.

O coordenador da pesquisa, o economista Daniel Cerqueira, disse ao **Estado** que os dados apresentados deveriam guiar a implementação de políticas públicas no setor. “Qualquer planejamento tem como primeiro ponto o diagnóstico para que se possa oferecer o remédio e entender quais resultados são esperados. Não há como pensar em pacote de segurança pública levando em consideração ações cujas consequências não são conhecidas”, diz. “O Atlas indica quem são as vítimas: negros, moradores de comunidades vulneráveis, com pouca escolaridade.

Isso deveria implicar uma ação focalizada nesses territórios.”

Observando especificamente o grupo dos homens jovens, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes chega a 130,4 em 2017. “Dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino.”

Os autores destacam que os dados apresentados explicitam a necessidade de “investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho”.

---

## **Atlas da Violência: Brasil tem 13 homicídios de mulheres por dia, e maioria das vítimas é negra**

Tainara da Silva de Aquino tinha 25 anos quando foi morta a tiros na casa onde morava com seus dois filhos bebês, em Santa Maria (RS), no dia 9 de maio. Seu ex-companheiro foi preso sob suspeita de ter praticado o crime.

**[\(BBC News Brasil, 05/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O caso resume algumas das principais características dos [homicídios de mulheres](#) no Brasil. Segundo os dados do Ministério da Saúde compilados pelo Atlas da Violência, lançado na quarta-feira (05/06) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram registrados 4.936 assassinatos de mulheres em 2017.

É uma média de 13 homicídios por dia, o maior número em uma década.

Assim como Taianara, a maior parte das vítimas (66%) é negra, é morta por armas de fogo e, em boa parte dos casos, dentro de casa.

O Atlas da Violência traça um cenário calamitoso de homicídios. Houve um recorde de 65.602 assassinatos registrados no Brasil em 2017, em sua maioria vitimando jovens homens em episódios de violência urbana e briga entre facções criminosas.

Mas, ao mesmo tempo, geram especial preocupação os assassinatos de mulheres, negros e pessoas LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais).

Uma análise geral dos homicídios por raça, por exemplo, mostra que, dos assassinatos cometidos em 2017, três quartos das vítimas eram negras.

## Questões de gênero

No que diz respeito às mulheres, o Atlas calcula que aumentou em 20,7% a taxa nacional de homicídios femininos entre 2007 e 2017.

Esse aumento se dá sobretudo entre mulheres negras: elas viram seu número de homicídios crescer mais de 60% em uma década, em comparação com um crescimento de 1,7% nos assassinatos de mulheres não negras.

Quando analisados os dados específicos de 2017, descobre-se que das quase 5 mil mulheres assassinadas, 53,8% foram mortas com armas de fogo e 26,8% com objetos cortantes.

Desde 2015, o Brasil tem uma lei específica para enquadrar homicídios cometidos contra mulheres que envolvam questões de gênero - a Lei do Feminicídio, com penas de 12 a 30 anos de prisão.

Como a lei é relativamente nova, ainda não se sabe se todos os casos de violência de gênero estão sendo devidamente registrados pelas autoridades.

No entanto, o fato de quase 40% das mortes femininas terem ocorrido dentro de casa faz com que sejam grandes “as chances de que se relacionem a casos de feminicídio”, apontam o Ipea e o FBSP.

Outro detalhe importante é que grande parte do aumento dos casos se deu em alguns dos Estados do Norte e do Nordeste. O Ceará, por exemplo, registrou 71,6% de crescimento de homicídios de mulheres em uma década; no Rio Grande do Norte, o aumento foi de 48%.

Segundo Renato Sergio de Lima, presidente e pesquisador do FBSP, “as mortes por brigas interpessoais estão crescendo, (...) como parte de uma cultura da violência sendo incentivada como forma de resolver conflitos. E no Nordeste estão mais arraigadas questões de gênero, de machismo e do papel de homens e mulheres”, favorecendo a violência por questões de gênero.

Nesse cenário, o relatório é crítico à [flexibilização](#) do porte de armas, promovido por decreto pelo governo de Jair Bolsonaro em maio.

“Considerando os altíssimos índices de violência doméstica que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência”, diz o estudo do Ipea e do FBSP.

O estudo aponta que, só em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar agressões (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, “número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar”.

## Violência contra LGBTI+

Pela primeira vez, o Atlas da Violência debruçou-se sobre as denúncias de crimes violentos relacionados a orientação sexual e identidade de gênero. E identificou que, embora o problema seja largamente invisível às estatísticas oficiais, os poucos dados existentes indicam que esse tipo de violência também tem se agravado.

O Atlas usou como base dados obtidos no Sinan, sistema de dados do Ministério da Saúde, e no Disque 100, central hoje vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e que recebe denúncias de violências diversas, inclusive contra a população LGBTI+.

O Disque 100 registrou no ano retrasado 193 denúncias de homicídio, 26 de tentativa de homicídio e 423 de lesão corporal contra essa população.

“Como a base de dados do Disque 100 é produzida a partir de denúncias telefônicas, não há como garantir que a variação apontada reflita decisivamente a variação do fenômeno da violência contra a população LGBTI+”, ressalva o relatório.

“Contudo, quando comparamos com algumas informações do Sinan, encontramos um mesmo resultado qualitativo: o aumento das violências contra a população LGBTI+ sobretudo após 2016.” Esses registros do Sinan apontam aumentos superiores a 10% nos registros de violência contra homossexuais e bissexuais entre 2015 e 2016.

Para Lima, do FBSP, esses aumentos provavelmente se devem tanto à redução da subnotificação quanto ao contexto maior de violência do país.

“Essa população LGBTI+ está mais visível e mais ativa, mas a violência contra ela também tem crescido”, afirma.

*Paula Adamo Idoeta*

---

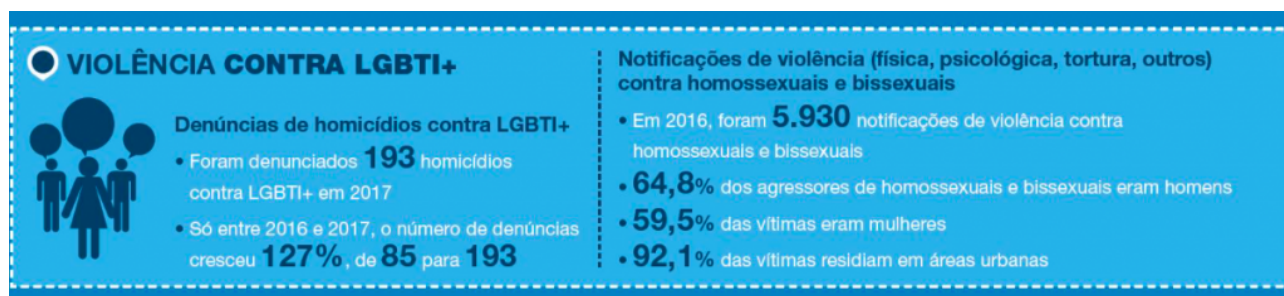
## **Falta de dados camufla aumento da violência contra população LGBTI+**

Uma das evidências mais importantes demonstradas pelo novo Atlas da Violência é que existe um apagão de dados oficiais que ajudem a compreender a violência contra a população LGBTI+. Isso mostra um claro descaso do poder público com essa parcela dos brasileiros. Sem entender o quadro, fica difícil construir políticas públicas que mitiguem a violência. Ainda assim, a pesquisa conseguiu captar o aumento desse tipo de violência, unindo registros de denúncia do Disque 100 (do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) a informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde.

**(Universa, 05/06/2019 - acesse no site de origem)**

Houve um forte aumento de denúncias no Disque 100 nos últimos seis anos: de 5 casos em 2011, o serviço registrou 193 casos em 2017; um crescimento de 127%. O Sinan indica que em mais de 70% dos crimes de 2015, os autores das agressões eram do sexo masculino e que mais de 90% das violações aconteceram em áreas urbanas. O levantamento também mostra uma prevalência de pessoas do sexo feminino e de negros como vítimas. Esse último ponto confirma — como em todos os recortes analisados pelo Atlas — a persistência do racismo que estrutura a sociedade brasileira, permitindo que 75% dos mais de 65 mil homicídios anuais no Brasil

tenham negros e negras como vítimas. Ao não desenhar políticas para combater esse quadro, o Estado se omite de seu papel.



Pela primeira vez, o Atlas incluiu uma seção específica sobre a população LGBTI+. Foi uma maneira de chamar a atenção para a falta de dados e também de agendar demandas urgentes. “Primeiro precisamos conhecer o quadro para saber o tamanho dessa violência, descobrir suas especificidades e aí sim atuar sobre o problema”, explica a socióloga Thandara Santos, conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, responsável pelo estudo em parceria com o IPEA. “Precisamos de estatísticas oficiais, que informações sobre identidade de gênero e orientação sexual constem não só nos levantamentos feitos sobre a população geral, como os do IBGE, mas também nos registros de ocorrência das polícias e nas declarações de óbito do sistema de saúde. Hoje essa clivagem não importa ao poder público.”

### Homofobia como crime

Um dos meios de dar visibilidade para a violência que a população LGBTI+ sofre no Brasil seria determinar que homofobia é crime, garantem os especialistas. Essa possibilidade está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Assim como aconteceu com a Lei do Feminicídio, a inclusão da questão no sistema de Justiça colocaria o problema no mapa de ações do Estado.

“Se a legislação penal não pode ser uma solução para as todas as questões sociais e para a busca de igualdade, pode ser uma resposta imediata para conter o avanço dessa violência. A criminalização da homofobia teria um caráter imediato e preventivo para combater essa invisibilidade e dar início a um debate para a formulação de outras políticas”, afirma Thandara. As pessoas estão morrendo agora assassinadas por motivações ligadas ao ódio.

Para a advogada e socióloga Fernanda Emy Matsuda, professora de Direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o sistema de justiça criminal tem atuação muito limitada. “Essa não é a única solução possível, o sistema de Justiça não vai dar conta de resolver o problema. Mas o sistema de Justiça comunica e tem uma capacidade de mudar a opinião pública por meio da condenação. Mas não pode trabalhar isoladamente”, alerta Fernanda. Essa seria uma forma de nomear a violência invisível.

A criminalização, no entanto, tem efeito limitado e pode não ter impacto se não for associada a outras políticas. É fundamental que identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, desigualdade entre homens e mulheres sejam, por exemplo, tratados no âmbito da escola e da universidade. “Temos tido dificuldade de pautar esse tema. Isso prejudica de uma forma violenta o reconhecimento dos direitos da população LGBT. Cria um ambiente em que há uma permissividade com a agressão contra essas pessoas”, afirma Fernanda. Elas estão sendo mortas pelo discurso preconceituoso e pelo descaso.



---

# Violência sexual contra deficientes atinge 10% do total de casos de estupro

Por volta de 2016, a defensora pública Renata Tibyriçá atendeu uma mulher com deficiência mental. Ela estava grávida, e tinha cerca de 20 anos. De início, a família havia buscado o núcleo de atendimento à pessoa deficiente em São Paulo, coordenado por Renata, para ter apenas atendimento especializado no parto.

**(Universa, 18/06/2018 - acesse no site de origem)**

Quando Renata questionou sobre o histórico da gravidez, veio a surpresa. “Quase no mesmo dia, um tio, com quem ela dividia o quintal com o restante da família, sumiu. Ela confessou que tinha sido o tio, mas não tinha entendido que tinha acontecido uma violência com ela. Foi um caso emblemático”, relembra a defensora. Um inquérito foi aberto no Ministério Público.

O caso não é isolado. [O Atlas da Violência 2018, desenvolvido pelo IPEA, indica que dos 22.918 casos de estupro apurados em 2016, 10,3% das vítimas tinham alguma deficiência.](#) Desse total, 31,1% tinham deficiência mental e 29,6% possuíam transtorno mental. Outro dado chocante é que, entre os casos de estupro coletivo, 12,2% são contra vítimas que têm algum tipo de deficiência.

No Brasil, o estupro é historicamente pouco notificado às autoridades. O Atlas usa como base os números de órgãos de saúde, e calcula que o número real de estupros no Brasil gire entre 300 a 500 mil casos ao ano. A dificuldade para acompanhar o caso tende a aumentar quando a vítima possui algum tipo de deficiência.

## **Violência de conhecidos**

“É uma violência que acontece no âmbito doméstico, no qual o autor mora com essa pessoa ou é um cuidador. Para identificar a agressão, é extremamente complexo: implica à vítima denunciar um familiar. Muitas vezes, a violência [contra a pessoa com deficiência, especialmente mental] é descoberta só na gravidez. É silenciosa”, explica a defensora.

Médica psiquiatra da Unicamp (Universidade de Campinas), a pesquisadora em violência sexual Cláudia de Oliveira Facuri pontua que estudos indicam de 25% a 70% de chances de uma pessoa portadora de deficiência (cognitiva, auditiva, física) sofrer violência sexual.

“Aqueles que cometem violência sexual contra pessoas com deficiência muitas vezes convivem socialmente com umas vítimas para acreditar que o abuso é normal e aceitável. As vítimas podem crescer sem entender a diferença entre comportamentos sexuais apropriados e inapropriados”, detalha a especialista.

Não à toa, o Atlas indica que as violências costumam ser reincidentes. De 649 pessoas com deficiência mental estupradas, 275 foram violentadas mais de uma vez.

A pesquisadora também cita problemas de acessibilidade para deficientes físicos terem acesso

aos locais de denúncia, de serem desacreditadas e, até mesmo, não receberem atendimento psicológico apropriado.

“Ter alguma deficiência aumenta a chance de sofrer violência, não só sexual, mas também, verbal, emocional, física e financeira.”

*Marcos Candido*

---

## **‘Racismo determina quem vai viver ou morrer na nossa sociedade’, diz pesquisadora**

O Atlas da Violência 2018, divulgado nesta terça-feira (5) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) traça um [panorama da violência no Brasil num intervalo de dez anos - 2006 a 2016](#). Entre os dados divulgados, há as mortes de jovens, o índice geral de homicídios e, ainda, as mortes de mulheres, além da violência sexual.

**[\(Correio 24 Horas, 06/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

A advogada, ativista de Direitos Humanos e professora do curso de Direito da Uneb Anhamona de Brito conversou com o CORREIO sobre as violências contra jovens. Anhamona também é doutoranda em Difusão do Conhecimento pela Ufba, foi superintendente de Direitos Humanos do Estado da Bahia, secretária de Políticas de Ações Afirmativas do governo federal, ouvidora geral da Defensoria Pública da Bahia e presidente do Colégio Nacional das Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil.

### **Quais os motivos podem ser apontados para a vulnerabilidade maior desses jovens negros, especialmente do sexo masculino?**

Não podemos errar na indicação da causa que sustenta os demais fatores vinculados à elevação endêmica da morte dos jovens negros no Brasil e na Bahia: o racismo. O professor cubano-jamaicano Carlos Moore, doutor em etnologia pela Universidade de Paris, na obra intitulada “Racismo e sociedade” demonstra como a gestão monopolista dos recursos das sociedades do século XXI é fundada no elemento racial. A lógica racista de nossas sociedades extrapola a esfera do sentimento e alcança a dimensão de estruturante do sistema de normas, do próprio funcionamento do Estado, além do gozo dos direitos e oportunidades em diferentes cenas sociais.

Com isso, quero dizer que o ódio especificamente dirigido à juventude negra e masculina faz parte de uma seleção perversa que nega a este grupo dignidade, justiça social e, assina sua vida como mecanismo de subjugação e controle social, o qual blinda privilégios a uma minoria, os não-negros das elites, os quais sempre detiveram acesso ampliado aos bens sociais.

A juventude negra masculina sofre com a ausência de acesso aos bens sociais – saúde, educação, lazer, trabalho e emprego, etc. Além disso, recebe nos peitos o impacto negativo do ódio historicamente estabelecido contra suas características fenotípicas. Ao saírem nas ruas, são os potenciais criminosos, aqueles a quem a sociedade fomentam o medo e, por consequência, o ódio. Sem acesso aos bens sociais, temidos e odiados, tornam-se alvos preferenciais sob a chancela, quando não a ação direta, do próprio Estado.

### **Em dez anos, a senhora destacaria alguma mudança nas políticas de enfrentamento à violência que poderia influenciar no aumento?**

Nos idos de 2007/2008, havia uma expectativa e empenho social – sobretudo dos segmentos sociais que trabalham com a questão da violência através de uma perspectiva de emancipação de sujeitos historicamente negados – que conseguiríamos reverter à visão dos poderes públicos, sobretudo dos governos estaduais e suas polícias, e da população em geral no que diz respeito às medidas mais eficazes para o enfrentamento da violência. Infelizmente, apesar dos elevados investimentos (tempo, dinheiro e empenho político), não conseguimos emplacar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) a partir do que ele tinha de melhor: as propostas de parceria com a sociedade civil visando à pacificação social por um viés de diálogo e garantia de direitos. Ao invés disso, as medidas para aquisição de armas, viaturas e vantagens remuneratória às polícias foram as que mais ganharam aporte no repasse de orçamento aos Estados.

Também não podemos desconsiderar que o crime organizado age, em nosso país, com células que direcionam a prioridade no campo político, a partir de lobby, expresso ou velado, nas casas legislativas, inclusive no Congresso Nacional. Com isso, políticas importantes para repensarmos a elevação da violência no país, sobretudo a violência letal, a exemplo da descriminalização do uso das drogas e a regulação do uso e da venda de drogas, são escanteadas. Preconceito somente? Longe disso, estratégia para lucro com o comércio ilegal de armas, de drogas e outros crimes a eles atrelados.

### **Os jovens negros também são as vítimas mais frequentes da violência policial. Como os governos estadual e federal devem enfrentar o problema do racismo institucional?**

A juventude brasileira nos apontou, ao longo dos últimos anos, os caminhos para garantir dignidade, felicidade, direito à vida e oportunidade a este segmento, com ênfase para a juventude negra. No campo normativo, o protagonismo juvenil, num cenário de maior permeabilidade no campo da política, contribuiu com a aprovação do Estatuto da Juventude, Lei Federal nº 12.852/2013, pouco conhecida e quase intocada. Os governos não priorizam recursos orçamentários em políticas públicas para este segmento populacional, o que é um erro estratégico, se a intenção verdadeiramente for a de reverter o assassinato de jovens negros pelas polícias.

Esta Lei, o Estatuto da Igualdade Racial e tantas outras voltadas à garantia de direitos de populações subalternizadas não “pegaram” porque não foram criadas para dar certo. Pelo menos se levarmos em conta o interesse dos detentores do poder, os quais se beneficiam com a repartição racializada dos bens e vantagens sociais. Mais do que reconhecermos o racismo como fator estruturante, para o seu enfrentamento é fundamental a nossa presença (população negra) nos espaços de poder, na definição dos recursos públicos e da prioridade na política. Do contrário, não passaremos do estágio de elaborar leis, sem que elas tenham qualquer efetividade.

**Outro aspecto destacado pelo estudo é o crescimento do número de mortes de mulheres. Em dez anos, a taxa de homicídios de mulheres na Bahia aumentou 70%. Que razões poderiam explicar este aumento?**

A elevação do número de morte de mulheres precisa ser vista a partir da desagregação de informações. De acordo com o Atlas da Violência 2018, o aumento da taxa de mortes incidiu sobre as mulheres negras, no 15,4%; enquanto que, em se tratando das mulheres não negras, houve um decréscimo de 8% no mesmo decênio. Isso comprova como o racismo determina quem vai viver ou morrer em nossa sociedade.

No mais, a elevação do ódio no Brasil como medida de contenção das pessoas e grupos de pessoas que alcançaram, ao longo da última década, visibilidade e protagonismo, deve ser considerada como elemento a impulsionar o feminicídio. Ademais, mesmo tendo uma base normativa das mais avançadas no campo do enfrentamento da violência contra mulher - a exemplo da Lei Maria da Penha e a do Feminicídio (que o categoriza como crime hediondo) - podemos considerar a cultura sexista como fator de encorajamento destas práticas, que vai desde a objetificação da mulher à certeza da impunidade em hipóteses de violência.

**Como o feminicídio deve ser enfrentado pela autoridades? Quais os principais desafios para reduzir estes índices?**

A categorização das mortes de mulheres enquanto feminicídios - desde o inquérito policial, alcançando as denúncias e as sentenças nas ações penais - é, ao meu ver, um elemento indispensável para garantir que a sociedade reconheça o caráter lesivo deste tipo penal. Afinal, esta qualificadora amplia a pena.

Mas não se trata apenas de punição, do contrário, o Brasil seria uma sociedade das mais pacíficas do planeta. É importante fortalecermos a perspectiva educacional, (re)introduzindo o estudo de gênero e sexualidades nas escolas que, na essência, trata-se da valorização da diferença e garantia dos direitos humanos para todas as pessoas, fundamental para uma vida social sem violência e com dignidade.

*Thais Borges*

---

## **Por que Roraima é o Estado que mais mata mulheres desde 2010?**

Roraima foi considerado o Estado mais violento do Brasil para mulheres pela sétima vez consecutiva. São 10 assassinatos para cada 100 mil mulheres - a título de comparação, em São Paulo, o Estado "menos" perigoso, o número é de 2,2 para 100 mil. Os dados, revelados pelo Atlas da Violência 2018, feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) deixam a dúvida: o que acontece com Roraima?

**(Universa, 06/06/2018 - acesse no site de origem)**

A advogada da Human Rights Watch, uma das principais ONGs de Direitos Humanos no mundo, Maria Laura Canineu, realizou um estudo no Estado, baseado nos achados do Ipea. Em entrevista à *Universa*, ela analisa os motivos pelos quais Roraima continua no topo dos casos de feminicídio no Brasil. A falta de estrutura nas delegacias locais e a ausência de preparo dos agentes de segurança são os principais motivos.

### **Por que Roraima?**

Segundo Maria Laura, o Estado faz muito pouco para prevenir que a violência doméstica termine em morte. “É muito difícil denunciar um caso desses em Roraima. Existe apenas uma delegacia da mulher para atender cerca de 255 mil mulheres”, explica.

“A violência doméstica, que é um dos principais casos dos feminicídios no Brasil, acontece como uma escalada. Primeiro, com uma agressão verbal e psicológica. Depois, ela cresce, se torna uma violência física. Se o Estado não auxiliar a mulher para que essa progressão não continue, o passo seguinte é a morte”, diz.

Em todo o Brasil, apenas um quarto das mulheres que sofrem violência doméstica procuram a polícia. “Em Roraima, o número é bem maior do que esse; mas não se tem uma estimativa confiável. Se uma mulher não mora em Boa Vista, ela não consegue chegar à delegacia com facilidade”, conta.

### **Delegacias despreparadas**

Por lei, não são apenas as delegacias especializadas em atendimento à mulher que podem prestar socorro em casos de violência. Maria Laura garante que em qualquer unidade policial, uma mulher deve ser atendida e auxiliada. Só que em Roraima, não é assim.

“No Estado, há uma falta de treinamento de delegados e agentes policiais. Normalmente, quando uma mulher chega a um DP querendo prestar queixa de violência, ela ouve que deve procurar a delegacia da mulher. Além de ter apenas uma unidade, esse posto só funciona de segunda à sexta das 8h às 19h. Aos fins de semana e de madrugada, que é quando ocorrem os principais casos de violência, a unidade está fechada”.

A especialista afirma que, às segundas-feiras, o número de mulheres que procuram a delegacia da mulher aumenta em 50%. “Elas sofrem a violência na sexta-feira ou nos fins de semana e só podem ser atendidas na segunda. Muitas esperam a abertura das portas em casas de parentes ou amigos, rezando para que o agressor não as encontre”, explica Maria Laura.

### **Policiais não recebem treinamento especializado**

Além da falta de estrutura, os profissionais de segurança que atuam no Estado normalmente não recebem treinamento próprio sobre como agir nesses casos. Maria Laura, à época em que fez o estudo, 2015, descobriu que nem mesmo os policiais que atuam na própria delegacia da mulher são treinados.

### **Nas delegacias, não há salas privativas**

Quando a mulher, finalmente, consegue chegar à delegacia especializada, tem que prestar depoimento na frente de todas as outras pessoas que esperam para ser atendidas. De acordo com a pesquisadora, na unidade, não há uma sala privativa.

“É perigoso e vexatório para a mulher ter que contar detalhes da agressão que sofreu na frente de várias pessoas. Perigoso porque, na delegacia, pode ter algum conhecido do agressor; vexatório porque a mulher já está em uma situação de fragilidade. Se expor assim, só faz com que ela se sinta mais insegura”, diz.

### **Processos de violência prescrevem o tempo todo**

A falta de efetivos também é um problema para as roraimenses. A especialista afirma que o número de agentes policiais é insuficiente para atender às demandas de violência. “Mais da metade das investigações sobre ataques contra a mulher são arquivadas. Como não há agentes o suficiente para fazer as diligências mínimas, como colher os depoimentos, muitas mulheres ouvem que vão ser procuradas depois para esclarecerem o caso. O tempo passa e elas raramente são contatadas”, garante.

### **Como reverter o quadro?**

É preciso investir muito em segurança — e isso não significa apenas armar mais os policiais. “Devem se criar mais delegacias voltadas à mulher. No entanto, enquanto isso não acontecer, é preciso treinar as outras unidades existentes, para que as mulheres tenham a quem recorrer quando estiverem longe da capital ou quando a delegacia da mulher estiver fechada”, diz.

Procurar a vítima dias após a denúncia pode ser tarde demais. Quando os depoimentos são colhidos, os juízes conseguem analisar o caso com segurança e, se necessário, pedir medidas de proteção”.

E se elas são concedidas, é preciso continuar atento. “Um documento não garante a segurança da mulher. É preciso ligar para a mulher, fazer visitas à sua casa e atestar se o agressor de fato está distante”, diz.

### **Informação**

Um mínimo suspiro de esperança: A taxa de feminicídio em Roraima caiu de 2015 para cá. De acordo com o último estudo, eram 11,4 homicídios a cada 100 mil mulheres.

No entanto, esse dado ainda está muito além da média nacional. “No Brasil, são quatro assassinatos por 100 mil mulheres. O número em Roraima só vai cair se houver comprometimento quando o assunto é a segurança feminina”

*Talyta Vespa*

---

## **Em 10 anos, assassinatos de mulheres negras aumentaram 15,4%**

No ano de 2016, foram assassinadas 4.645 mulheres no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. O aumento em dez anos foi de 6,4% - em 2006, foram

mortas 4.030 mulheres no Brasil e a taxa de homicídio feminino ficou em 4,2 por grupo de 100 mil.

[\(Agência Brasil, 06/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Os dados fazem parte do estudo Atlas da Violência 2018, apresentados ontem (5) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

A situação se agrava quando consideradas apenas as negras, que inclui as mulheres pretas e pardas. Enquanto entre as mulheres negras a taxa de homicídio ficou em 5,3 por grupo de 100 mil em 2016, entre as não negras, englobando brancas, amarelas e indígenas, a taxa foi de 3,1, uma diferença de 71%.

“Nos últimos 10 anos a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 8% e no mesmo período a taxa de homicídio de mulheres negras aumentou 15%. Ou seja, é necessário que haja uma focalização das ações do Poder Público, no sentido de reverter esse cenário trágico que a gente pode ver a partir do Atlas”, destacou o pesquisador do FBSP David Marques.

Em 12 estados, o aumento da taxa de homicídio de mulheres negras foi maior do que 50%, sendo dois deles superior a 100%, Amazonas e Rio Grande do Norte. Em Roraima o aumento de assassinatos de mulheres negras em 10 anos foi de 214%. Goiás apresenta a maior taxa de homicídio de negras, com taxa de 8,5 por grupo de 100 mil. No Pará foram assassinadas, em 2016, 8,3 mulheres negras para cada grupo de 100 mil e em Pernambuco a taxa ficou em 7,2. São Paulo, Paraná e Piauí tem as menores taxas de homicídio de mulheres negras do país, com 2,4, 2,5 e 3,4 por 100 mil, respectivamente. Em sete estados houve redução da taxa no período, entre 12% e 37%.

Entre as mulheres brancas, houve crescimento no número de assassinatos superior a 50% em seis estados. No Tocantins o crescimento, entre 2006 e 2016, chegou a 131,5%, na Bahia 148,4% e no Maranhão houve aumento de 246,9% na taxa de homicídio de mulheres não negras. O estado mais violento para esse grupo é Roraima, onde 21,9 mulheres não negras são assassinadas a cada grupo de 100 mil, seguido de Rondônia, com taxa de 6,6, e Tocantins, com 5,7. Os estados que menos matam mulheres não negras são o Piauí, com 0,8 por 100 mil, Ceará, com 1, e Alagoas, com 1,3. Excluindo Roraima, nenhum estado tem taxa de homicídio de não negras superior a 7 por 100 mil, enquanto entre as mulheres negras apenas sete estados tem taxas abaixo de 5.

## **Feminicídio**

Segundo a publicação, a base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade não traz indicação sobre a motivação dos homicídios, portanto não é possível identificar o crime de feminicídio. No entanto, os pesquisadores apontam que a mulher assassinada muitas vezes já foi vítima de outras violências de gênero, como violência psicológica, patrimonial, física ou sexual e que, portanto, o desfecho fatal poderia ter sido evitado em muitos casos se as mulheres tivessem tido apoio para sair de um ciclo de violência.

A publicação traz uma análise sobre as possibilidades para estimar o número de feminicídio no país e cita metodologias desenvolvidos por pesquisadores. Uma delas busca separar os assassinatos motivados pelo fato de a vítima ser mulher em três categorias, de acordo com os indícios prévios do contexto social e doméstico da vítima: feminicídio reprodutivo, feminicídio doméstico e feminicídio sexual.

Nessa abordagem, o feminicídio reprodutivo inclui casos de morte após aborto voluntário, já que decorre de “políticas de controle do corpo feminino e de supressão da liberdade e de direitos”. O feminicídio sexual inclui os casos de agressão sexual por meio de força física, o que é tipificado no código penal como estupro seguido de morte. E o feminicídio doméstico pode ser estimado pelo local de ocorrência.

*Akemi Nitahara*

---

## **Notificações de estupro dobram em 5 anos; 50% dos casos envolvem crianças**

O número de notificações de estupro feitas ao SUS (Sistema Único de Saúde) quase dobrou em cinco anos. Segundo o Atlas da Violência 2018, divulgado nesta terça-feira (5) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um salto de 12.087 casos informados em 2011 para 22.918 em 2016. Dentre os casos notificados, 50,9% das vítimas tem até 13 anos.

**(UOL, 05/06/2018 - acesse no site de origem)**

Os dados, entretanto, são considerados muito abaixo do número real de casos. O número de notificações no SUS não chega sequer à metade dos [49.497 casos de estupro informados à polícia e revelados no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#).

“Certamente, as duas bases de informações possuem uma grande subnotificação e não dão conta da dimensão do problema, tendo em vista o tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido”, informa o Atlas.

Para efeito de comparação, o Atlas aponta que, nos Estados Unidos, apenas 15% do total dos estupros são reportados à polícia. “Se a nossa taxa de subnotificação fosse igual à americana, ou, mais crível, girasse em torno de 90%, estaríamos falando de uma prevalência de estupro no Brasil entre 300 mil a 500 mil a cada ano”, acreditam os pesquisadores.

Para eles, a alta nas notificações no SUS tem três hipóteses: aumento da prevalência de estupros, aumento na taxa de notificação em decorrência das inúmeras campanhas feministas e governamentais e/ou a expansão e aprimoramento dos centros de referência que registram essas notificações.

### **Perfil de vítimas e agressores**

Os dados do Atlas revelam ainda o perfil de agressores e vítimas, conforme vários aspectos. Em 77% dos casos, a vítima foi atacada por um só agressor; 15% foram por dois ou mais criminosos. As demais vítimas não conseguiram informar.

Já no que diz respeito às raças, 45,3% das vítimas se identificaram pardas, 34,3% brancas e



8,7% pretas. Quanto à escolaridade, a maior proporção dos estupros reportados vitimou mulheres com o ensino médio completo (28,2% das vítimas).

Um dado que chamou a atenção e foi classificado como “desconcertante” é que uma em cada dez vítimas tinha algum tipo de deficiência. Dentre elas, 31,1% apresentavam deficiência mental e 29,6% tinham transtorno mental.

Entre crianças até 13 anos, 30% dos crimes são cometidos por pessoas conhecidas. Já 32,5% dos adolescentes e 53,5% dos adultos desconhecem o agressor.

Quando a vítima e o autor se conhecem, quase 80% dos casos acontecem dentro da residência. Quando eles não se conhecem, a via pública é o principal local de ocorrência. Cerca de um terço dos casos aconteceram em uma situação em que havia suspeita de o agressor ter ingerido álcool, diz o estudo. “A força física e as ameaças foram, em grande parte, o meio empregado para coagir a vítima”, afirma o estudo.

### **Perfil das vítimas**

- 50,9% são crianças de até 13 anos
- 17% adolescentes entre 14 e 17 anos
- 32,1% maiores de 18 anos

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação/SUS

### **Assassinato de mulheres**

Segundo o Atlas, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país –o que representa taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. O número é similar ao de 2015, quando foram mortas 4.621 mulheres (taxa de 4,4 por 100 mil).

Em dez anos, houve um aumento de 6,4% na taxa de mortes violentas de mulheres, informa o Atlas.

*Carlos Madeiro*

---

## **Assassinatos de mulheres aumentaram 6,4% nos últimos 10 anos; mulheres negras são as principais vítimas**

*Números do Atlas da Violência 2018 foram divulgados nessa terça-feira (5)*

**(Marie Claire, 05/06/2018 - acesse no site de origem)**

Dados referentes a 2016 revelam que 4.645 mulheres foram assassinadas no país no ano, o que

representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, esse número aumentou em 6,4%, de acordo com os números do Atlas da Violência 2018, estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do governo federal, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgado nessa terça-feira (5), no Rio de Janeiro.

Os estados com as taxas de homicídios mais altas foram Roraima (10), Pará (7,2) e Goiás (7,1). As taxas de Roraima chegaram ao pico de 14,8 em 2013 e, com exceção de 2011, a taxa do estado foi superior à taxa brasileira nos últimos dez anos.

Embora não estejam entre os estados com maiores números, Rio Grande do Norte e Maranhão tiveram os maiores aumentos, cerca de 130% desde 2006, o que expõe a fragilidade das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste nesse tipo de crime.

As menores taxas foram em São Paulo (2,2), Piauí (3,0) e Santa Catarina (3,1). Desses três, apenas São Paulo apresentou queda na década, cerca de 40,4%.

### **Mulheres negras são as maiores vítimas**

O estudo mostrou que a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) - a diferença é de chocantes 71%. Em relação aos dez anos analisados, os assassinatos de mulheres negras aumentaram em 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.

### **Feminicídio**

Sancionada em março de 2015, a Lei 13.104 - ou Lei do Feminicídio - representou um grande passo da justiça brasileira em defesa de suas mulheres. O feminicídio qualifica o assassinato quando a mulher é morta por questões de gênero.

Segundo o estudo, a base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) não fornece informações concretas sobre feminicídio, portanto não é possível identificar a parcela de homicídios que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime. No entanto, a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, como violência psicológica, patrimonial, física ou sexual.

### **Quase 50 mil casos de estupro por ano**

Novidade no estudo deste ano, os estupros também mostraram números alarmantes: 68% dos registros no sistema de saúde são referentes a estupros de crianças de até 13 anos, onde quase um terço dos agressores é composto por amigos e conhecidos da vítima. Outros 30% são familiares ainda mais próximos, como pais, padrastos e irmãos.

Nesses casos em que o abusador é conhecido da vítima, quase 55% deles é recorrente, e 78,5% aconteceram dentro da própria residência da vítima.

Em 2016, foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos de estupro, conforme informações disponibilizadas no 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Nesse mesmo ano, 22.918 casos foram levados ao SUS, aproximadamente metade dos casos denunciados à polícia.

## **Subnotificação mascara real problema**

De acordo com as conclusões do levantamento, os casos de estupro são fortemente subnotificados e não dão conta da dimensão do problema. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas 15% do total dos estupros são reportados à polícia. O estudo apresenta ainda um comparativo caso taxa brasileira de subnotificação fosse igual à americana: os estupros no país variariam entre 300 a 500 mil casos por ano.

*Bárbara Tavares*